



PMDB

Um partido só cresce quando está inteiro

(Texto premiado pela Fundação Ulysses Guimarães)

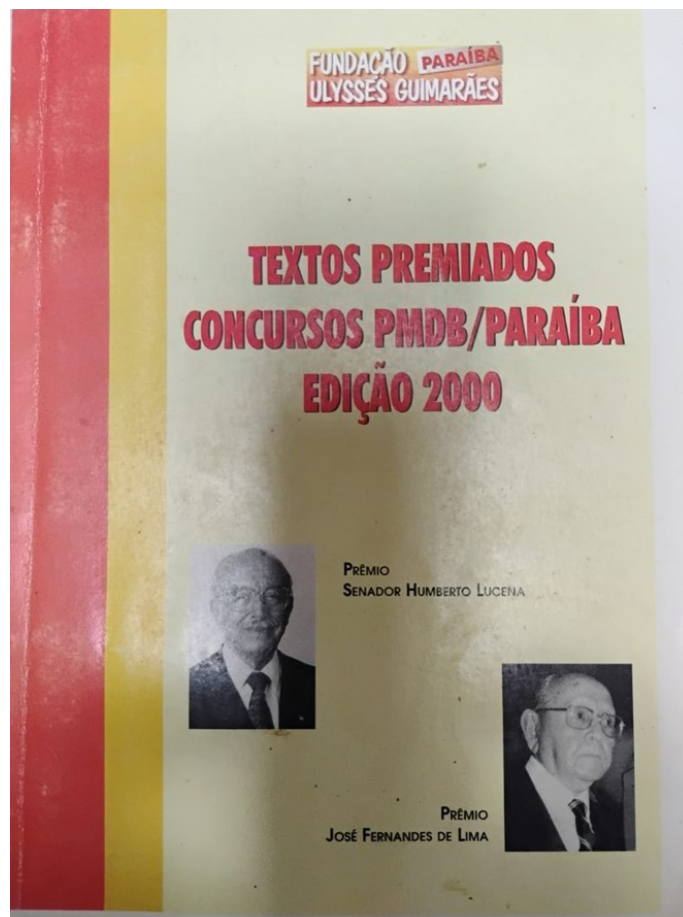
30 
ANOS

“PMDB – Um partido que só cresce quando está inteiro”

Agnaldo Almeida

Texto premiado do Concurso Humberto Lucena do PMDB/PB – Edição 2000

“PMDB – Um partido só cresce quando está inteiro”



Em 1965, um ano depois do golpe militar de 31 de março de 1964, os eleitores da Paraíba, como de resto em todo o Brasil, foram às urnas para votar, pela última vez em candidatos que representavam os partidos políticos criados depois de 1945, com a redemocratização. Na Paraíba, conforme lembra bem o historiador e politicólogo José Octávio de Arruda Mello, os cinco primeiros partidos egressos daquela época eram a União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD), Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Popular Sindicalista (PPS), e Partido Democrata Cristão (PDC). Como expressão eleitoral, com base concentrada em Campina Grande, surgiria depois, o Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, que a rigor já existia no Estado, mas sem grande penetração junto ao eleitorado.

Pois, então, se deu que, em 65, udenistas e pessedistas se enfrentariam no último duelo travado entre estas duas importantes agremiações políticas. Pela UDN, disputava o cargo de governador o então governador João Agripino, um dos fundadores do partido e uma sempre ouvida e respeitada na política nacional. Como seu opositor, pelo PSD, estava o não menos importante Ruy Carneiro, homem público de popularidade e comprovada em qualquer recanto da Paraíba.

Cabe aqui um parêntese a respeito da indicação da candidatura de Ruy e da reação que, na ocasião, teve o então deputado Humberto Lucena, cujo nome eram também frequentemente citado como provável candidato. O parêntese se justifica para dar logo uma idéia de como Humberto, que anos depois viria a ser o grande timoneiro do PMDB, possuía extraordinário espírito partidário. E é o próprio Humberto, em entrevista ao jornalista Severino Ramos, publicada em O Norte, em fevereiro de 1996, quem conta o episódio. Diz ele:

“Eu era candidato a governador e o senador Ruy Carneiro não era. Dentro do partido, quem apenas competia comigo era o deputado Teotônio Neto. No dia da reunião do diretório, para indicar o nome à convenção, na renúncia do deputado Teotônio Neto. Então Ruy me lançou candidato, pedindo que eu fosse aprovado por aclamação. Os meus amigos me aclamaram, eu tinha a maioria do diretório, mas os amigos de Teotônio ficaram quietos e os de Ruy silenciosos. Foi quando o coronel João Maurício se levantou e disse: “Senador, queremos votação”. Ruy olhou para mim e eu disse que podia autorizar a votação. Foi então que o senador teve 23 votos e eu 18. Dali, saí com meus amigos e ficamos numa reunião até o amanhecer na casa de Waldemar Nóbrega, onde grande parte queria que eu apoiaria João Agripino, já lançado pela UDN. Mas eu não podia apoiá-lo, não porque ele não merecesse o meu apoio, pessoalmente, é que politicamente ele era quem comandava o movimento militar na Paraíba, ao qual eu fazia oposição. Então, eu tive que dobrar os meus amigos e às dez horas da manhã levei minha solidariedade ao senador Ruy Carneiro, me entrosei com ele, fizemos a campanha e em 1966 lutei pela sua reeleição ao Senado”.

João Agripino ganhou a disputa para o governo – apesar dos recursos judiciais interpostos pelo PSD – e meses depois o Regime Militar dava como encerrada a vida política dos partidos que desde a redemocratização compunham o cenário político brasileiro. Extinguiu a UDN, o PSD, o PTB e todos os outros partidos até então. Em seu lugar, por ato institucional, permitiu a criação de apenas dois partidos – que curiosamente não podiam ter o nome de “Partido”. Era um artifício para evitar que alguém tentasse recriar siglas já existentes, como a do PTB ou, quem sabe, a do próprio PCB, que vivia na clandestinidade.

Recorramos, de novo, a Humberto Lucena. Sobre este momento da vida nacional, ele relata: “Nessa ocasião, eu até me despedi de João Fernandes de Lia e Janduhy Carneiro, que iam para a Arena. Ruy Carneiro, com aquela sabedoria dele, ficou observando os acontecimentos. Então eu vim para a Paraíba e, juntamente com Petrônio Figueiredo, Mário Silveira, José Maranhão e outros, criamos o MDB paraibano, juntamente com Argemiro de Figueiredo, que era do extinto PTB. Eu ia ser o presidente do MDB, mas aí Ruy Carneiro percebeu que não tinha como ficar na Arena, me procurou e disse que ficará conosco no PMDB. Então eu dei a ele a presidência do partido, que já era minha, em homenagem à idade dele, à tradição que ele tinha na política da Paraíba, era amigo do meu pai, não havia problema nisso”.

O primeiro teste do MDB

Criadas as novas siglas, no sistema bipartidário, as primeiras eleições entre Arena e MDB transcorreram em 15 de novembro de 1966, para Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual. Já totalmente identificado com as forças de resistência ao regime discricionário e em defesa da democracia, o MDB levou a melhor. E ganhou o Senado, justamente com Ruy Carneiro, que um ano antes perdera a disputa para o governo da Paraíba.

Foi uma performance eleitoral e tanto! Afinal, a Revolução estava no seu início, com toda a força e, mesmo assim, Ruy obteve 34,8 por cento dos votos, o que equivale a 192.497 sufrágios, num eleitorado composto de 553.055 eleitores. Ressalte-se que no governo do Estado estava João Agripino, homem forte do regime, defendendo a candidatura de Aluísio Afonso Campos, que teve 183.320 votos, o que representava 33,2% dos votos.

Não é exagero concluir-se que, para o desempenho eleitoral do MDB, na eleição senatorial de 1966, contribuiu, entre outros fatores, a união que o partido começava a exercitar. Aquele era o primeiro teste das urnas da legenda e embora tenham tido problemas na eleição de 65, para o governo, Humberto Lucena, seus amigos e o senador Ruy Carneiro conseguiram se manter coesos, superando divergências internas e começando a escrever uma história político-partidária que – o futuro depois revelaria – seria de muito sucesso, ao menos nas vezes em que a união e o espírito partidário fossem os carros chefes.

Tanto isso é verdadeiro que, quatro anos depois da eleição de 1966, quando novamente Arena e MDB se confrontariam numa outra eleição senatorial, desta feita para a renovação de dois terços da Câmara Alta do Congresso Nacional, o desempenho não seria o mesmo. Em 1970, chegava ao fim o mandato do senador Argemiro de Figueiredo. Era época, portanto, de renová-lo. O governador João Agripino, já praticamente em fim de mandato, tentou costurar um acordo político amplo, pelo qual o MDB indicaria um candidato ao Senado – seria o próprio Argemiro – e a Arena indicaria outro. As conversas de bastidores, entretanto, não tiveram como prosperar. A esta altura, Humberto Lucena já era líder do MDB na Câmara Federal, eleito que fora em 66. Era a fase mais sombria da ditadura, que tinha à frente o presidente Garrastazju Médici.

Como líder – conta Humberto Lucena – eu vivia denunciando prisões, torturas e desaparecimentos. Foi quando eu tive de ser candidato ao Senado sem querer. Tinha a minha reeleição tranqüila para deputado federal, mas o acordo engendrado aqui na Paraíba alterou tudo. O senador Argemiro de Figueiredo, eu não fazia questão de apoiá-lo, até porque era uma homenagem a ele. Mas ocorre que os deputados federais da época queriam estender esse acordo também para a Câmara dos Deputados, queriam fazer um “chapão”, inclusive com o meu nome no meio. Então, eu disse: como líder da oposição ao regime militar, não tinha condições ética e política de me compor numa chapa com a Arena para deputado federal. Eles podiam fazer o acordo mas eu não entraria e faria um manifesto à Paraíba explicando as razões. Com essa minha atitude, o acordo não foi feito. Eu lamentei pelo senador Argemiro de Figueiredo, porque se fosse só para o Senado eu podia concordar, mas como era geral eu não pude fazê-lo. Nas vésperas da convenção, nem João Fernandes nem Zé Gadelha aceitaram ser companheiros de chapa de Argemiro que, virando-se para mim, perguntou: “E agora, Humberto, o que é que vamos fazer, eu não tenho companheiro para a luta?”. Eu respondi: “Eu sou o seu companheiro. Deixo de ser candidato à reeleição, mas vou para a luta”. E fui. Fizemos uma campanha bonita contra Domício Gondim e Milton Cabral, que só ganharam a campanha graças ao apoio de João Agripino. Mas fizemos uma campanha cívica, que muito nos honrou. O resultado é conhecido: eu perdi a eleição por 50 mil votos, Argemiro por 65 mil, sendo que houve 95 mil votos em branco, dos estudantes e trabalhadores em sinal de protesto contra a ditadura. Eu digo sempre que não fui derrotado em 1970, eu fui vítima de um acidente eleitoral”.

Derrotado, Humberto Lucena se viu sem mandato, sem emprego e sem dinheiro. “Foi a fase mais difícil de minha vida” – comentou certa vez com Djacy Andrade, segundo relato feito pelo jornalista em primoroso trabalho sobre o senador, que foi publicado na coletânea “Poder e Política na Paraíba”, editado sob a coordenação da Associação Paraíba de Imprensa. Sem mandato e trabalhando em empresa privada, Humberto Lucena, entretanto, não se afastou da política. Participava de todos os movimentos do partido, sem deixar de ser ouvido pelos companheiros. Preparava o retorno que foi triunfal.

Enquanto Humberto não chegava, o senador Ruy Carneiro e os emedebistas mais jovens iam tocando a vida do partido, tentando ampliar suas bases e formar diretórios no maior número possível de municípios. Esse trabalho seria melhor avaliado em 1974, quando mais uma vez estava na disputa de uma vaga para o Senado. O candidato do MDB, é claro, seria novamente Ru Carneiro e o mais curioso é que a Arena resolveu repetir a dose, lançando novamente o nome de Aluísio Afonso Campos.

Humberto Lucena estava de volta, era candidato a deputado federal e logo incorporou-se à campanha de Ruy. Aliás, todo o partido uniu-se mais uma vez na campanha. E isso era absolutamente necessário. Para se ter uma idéia, dois anos antes, em 1972, realizaram-se eleições municipais no Estado. O eleitorado da Paraíba, naquele ano, era de 753.262 eleitores. Deste total, na disputa pelas prefeituras municipais, a Arena ficou com 347.934 votos, o que representava 51,4% do eleitorado. O MDB obteve 134.015 votos, ou seja, 19,8% do total de eleitores. A situação era tão complicada, no Estado como um todo, que naquelas eleições a abstenção (158.300 eleitores) foi maior do que toda a votação dos candidatos emedebistas na Paraíba.

A disputa para o Senado, assim, era um momento de retomada do esforço partidário para mostrar, sobretudo aos setores mais esclarecidos da população e ao eleitorado que o MDB representava a resistência democrática e que os brancos, nulos ou abstenção não contribuíam para coisa alguma, muito menos para recolocar o Brasil no caminho da democracia, com a volta do Estado de Direito.

A situação do MDB na Paraíba não era muito diferente da que o partido vivia no resto do País. À medida que os anos iam passando, percebia-se que o MDB era um partido com penetração eleitora na área urbana, enquanto que a Arena fazia a festa no interior. Mesmo assim, na disputa para o Senado, em 74, o senador Ruy Carneiro reelegeu-se com 35,7% dos votos, ficando o candidato Aluísio Campos com 33,4%. Em números de votos, o resultado foi este: Ruy, com 297.780; Aluísio, com 378.590. Humberto Lucena foi eleito com 54.965 votos, o primeiro da legenda emedebista. Pela Arena, o mais votado havia sido Wilson Braga, com 65.284 votos.

Ruy Carneiro não concluiria o seu quarto mandato de senador. A morte interrompeu sua brilhante carreira política no dia 20 de julho de 1977. Na condição de seu suplente, assumiu o cargo Ivandro Cunha Lima. A partir de então coube ao deputado Humberto Lucena a chefia do MDB.

Tudo pelo partido

Foi como presidente da legenda emedebista que o senador Humberto Lucena consolidou sua grande liderança política, revelou-se exímio conciliador e conquistou prestígio no cenário político brasileiro. Nem o mais ferrenho de seus adversários desconhece essas suas qualidades, mas a principal característica que conservou até o fim de sua vida foi, com absoluta certeza, o espírito partidário. Ninguém mais do que ele zelou pelo bom desempenho da legenda, sempre procurando alternativas para o sucesso eleitoral do partido. Abriu espaço para os mais jovens, mas não perdeu um milímetro de seu prestígio como chefe. Era reverenciado, ouvido, acatado, justamente porque sabia ouvir e acatar.

Mesmo já estando na presidência do partido, Humberto se preparava para disputar, outra vez, uma cadeira na Câmara Federal nas eleições de 1978. O candidato do partido ao Senado era o então deputado Marcondes Gadelha. Nos bastidores do governo federal, enquanto isso, discutia-se a escolha do candidato da Arena para o governo do Estado, por eleição indireta. João Agripino defendia o nome de Antônio Mariz, enquanto o governador Ivan Bichara opinava pelo nome de Milton Cabral. No final da história – conta Djacy Andrade, em seu trabalho para a API – o escolhido foi o professor Tarcísio Burity, na época Secretário de Educação do Estado, protegido do ministro José Américo de Almeida e sem nenhuma ligação ou participação na política paraibana.

Uma carta do ministro ao general Golbery do Couto e Silva – relembra Andrade – encerrou a polêmica, consagrando Burity governador, mas não evitou a briga de João Agripino com Ivan Bichara, culminando com o rompimento. Em nome de Agripino, seu filho, João Neto, foi a Humberto para convidá-lo para a disputa para o Senado. Como sabia da indicação anterior de Gadelha, Humberto o procurou para relatar o convite que recebera, tendo Gadelha lhe afirmado que não seria nenhum empecilho.

Humberto Lucena foi aclamado candidato pela unanimidade do partido, mas encontrou resistência entre os seus próprios familiares, que preferiam sua candidatura a deputado, temerosos que ele sofresse outro insucesso, como ocorrera em 1970. Mas ele não se dobrou aos argumentos e foi para a luta. Formou três sub-legendas em seu partido, com as candidaturas de João Bosco Barreto e Ary Ribeiro, além da dele próprio. Enfrentou naquela campanha três governadores: Ivan Bichara, que saía e era candidato a Senador; Tarcísio Burity, que entrava, já tendo sido indicado pelo regime militar e Dorgival Terceiro Neto, que estava no exercício do cargo, para cumprir mandato tampão, em razão da renúncia de Ivan.

Naquele ano de 1978, o eleitorado da Paraíba já chegava a 1.012.967 eleitores. No dia 15 de novembro, Humberto foi eleito Senador com 269.795 votos. Com as somas das votações obtidas por João Bosco Barreto (50.032 votos) e Ary Ribeiro (48.784 votos), o MDB chegava

a um total de 368.611 votos. O candidato da Arena, Ivan Bichara, ficou com 303.154 votos. No confronto das votações dos dois partidos, o MDB ganhou a parada.

O regime militar invadiria novamente o terreno político-partidário, obrigando os partidos políticos a mudar de nome. Desta feita, a exigência era para que as agremiações políticas tivessem obrigatoriamente a designação de “Partido”. Ou seja, voltava tudo a ser como antes de 1966. Foi aí que, em meio a esta reforma, no início dos anos 80, surgiu o Partido Popular – o PP de Tancredo Neves, João Agripino e Antônio Mariz logo se filiaram ao novo partido. Enquanto isso, o MDB resistia à idéia de mudar de nome e depois de muitas discussões, chegou-se a um consenso: se a questão era colocar a palavra “Partido”, por que não Partido do Movimento Democrático Brasileiro? Esta foi a melhor solução encontrada. Por seu turno, a Arena, que anos atrás havia sido decantada como o maior partido do Ocidente, pelo seu presidente Francelino Pereira, transformou-se em Partido Democrático Social – o PDS, que de democrático tinha muito pouco e de social não tinha nada.

Aproximava-se as eleições governamentais de 1982. O PP apresentaria Antônio Mariz como candidato, mas o regime militar ainda não havia esvaziado o seu saco de maldades. Numa decisão para inviabilizar a vitória das oposições, ficou estabelecido que o voto seria vinculado, isto é, o eleitores só poderiam votar de governador a vereador em candidatos de um mesmo partido.

A decisão inviabilizou o PP no país inteiro. O partido acabara de ser criado e não tinha condições de enfrentar esquemas já montados há muito tempo. Tancredo Neves e Ulysses Guimarães tiveram uma série de encontros e ficou acertada então a fusão entre os dois partidos. Na realidade, o que aconteceu foi que os pepistas se filiaram todos ao PMDB. Na Paraíba, a grande novidade foi que o agripinismo, historicamente ligado à UDN, passou para o PMDB, unindo-se a velhas lideranças do antigo PSB. Com Agripino, veio também Antônio Mariz, que acabou sendo indicado como candidato ao governo do Estado, em oposição ao deputado Wilson Braga, que concorreria ao PDS.

A entrada de Mariz no PMDB criou uma crise grande no partido. Crise que o então governador Tarcísio Burity aproveitou para começar a atrair o deputado Marcondes Gadelha, conhecido nacionalmente como integrante da ala dos autênticos do MDB. Como disputava votos em Sousa com Antônio Mariz, Gadelha acabou cedendo aos acenos de Burity e de Braga. Foi para o PDS e candidatou-se ao Senado.

O resultado eleitoral de 1982 foi desastroso para o PMDB: Wilson ganhou o governo e Marcondes saiu eleito senador. Mas a derrota não teve razões locais. Como já se disse, os militares haviam criado a figura do voto vinculado, de cima para baixo e, com isso, inviabilizara qualquer vitória da oposição. É preciso não esquecer que a eleição em 82 também ocorria nos municípios, onde estavam sendo escolhidos os prefeitos e os vereadores. A

eleição foi direta para governador, o que não ocorria desde 1985, mas sob estas condições absolutamente especiais. O eleitorado rural, dependente e sem nenhuma instrução, foi o grande trunfo do PDS. Houve cidades, por exemplo, onde o candidato ao governo do PMDB, Antônio Mariz, chegou a ter zero voto. Por esses e outros motivos, já se vê que a eleição foi uma grande farsa e o resultado não poderia ter sido outro. O único resultado favorável e de expressão eleitoral que o PMDB obteve naquele ano foi em Campina Grande, onde se elegeu o prefeito Ronaldo Cunha Lima. Depois de amargar dez anos de cassação, Ronaldo estava de volta à sua cidade para retomar o mandato que a Revolução lhe tirara em 1968.

1986 – A vitória de Pirro

Passada a hecatombe de 82, a palavra de ordem do partido era conquistar o Palácio da Redenção. Com o retorno das eleições diretas, o PMDB, que durante toda a sua história se caracterizou nacionalmente como resistência democrática, tinha condições de perseguir, com sucesso o voto eleitoral, desde que não vingassem casuísmos como o da vinculação de votos. Muito antes de 1986, ano em que se daria a sucessão do governador Wilson Braga, o nome de Humberto Lucena era apontado por todos, dentro do partido, como a melhor solução para o governo do Estado.

Ocorre que, mais uma vez, o destino conspirou contra este desfecho. Depois de um jantar, em Salvador, Bahia, o senador foi acometido de uma infecção intestinal, provocada pelas iguarias postas à mesa. Humberto, que a há pouco tempo fora afetado por uma hepatite, não estava completamente curado e nem teve condições de debelar o mal rapidamente. Foi, então, que alguns de seus correligionários e companheiros de partido se deixaram levar pelo temor de uma derrota nas urnas, supondo que Humberto não teria condições físicas de enfrentar uma campanha como a que se aproximava.

O ex-governador Tarcísio Burity, já rompido com Wilson Braga, ingressara no PMDB, partido com o qual nunca teve maior intimidade, e passou a ser visto como o único que poderia enfrentar a máquina do governo nas eleições de 86. Originário do PDS, sucessor da Arena, Burity chegou ao PMDB numa operação comandada por peemedebistas de pouca tradição. Apesar disso, e de fato respaldados pela boa receptividade que o nome do ex-governador alcançava junto à opinião pública, esses peemedebistas pressionaram as lideranças maiores e não só conseguiram a filiação de Burity ao partido, como ainda foram decisivos para que, concluída esta primeira etapa, fosse ele ungido candidato do partido, tomando lugar de Humberto que não estava tão convencido de sua deficiência física e orgânica e nem confiava muito em Burity, que desde 1978 era seu adversário político. Mesmo assim, foi desestimulado pelos amigos de Burity já infiltrados no partido e acabou cedendo o lugar na disputa para o governo. Antes, porém, ainda tentou empinar

a candidatura de Ronaldo Cunha Lima, que estava na Prefeitura de Campina Grande, mas este preferiu concluir sua administração, até porque também não tinha garantias de que seria o indicado na convenção partidária.

Era tudo o que Burity queria. Formou-se então a chapa com ele disputando o governo, Humberto candidato ao Senado e, fechando o firo, uma novidade: o nome de Raimundo Lira, um empresário do setor de revenda de automóveis para a outra vaga ao Senado. Apesar de tudo, a chapa foi amplamente vitoriosa. A vitória de Burity se deu sem maiores dificuldades. Na esteira do Plano Cruzado, uma tentativa de estabilização da economia adotada pelo ministro Dilson Funaro, no Governo Sarney, e enfrentando um candidato – Marcondes Gadelha – desgastado por suas ligações com o ex-presidente João Figueiredo, o último do ciclo dos generais-presidentes, Burity teve uma votação estrondosa. Mas o seu período de lua-de-mel com o PMDB não duraria muito. Humberto Lucena e Raimundo Lira também se elegeram para o Senado, o que mostra a força do PMDB naquela ocasião.

Extremamente personalista e presunçoso, Tarcísio Burity deu início a um governo em que o partido praticamente não era ouvido, nem dele recebia a menor atenção. Desta forma, não tardaram a acontecer as suas trombadas com o senador Humberto Lucena – o comandante inquestionável da legenda. Daí para o rompimento, foi uma questão de tempo. No seu périplo partidário, o ex-governador foi alojado no PRN de Fernando Collor e o PMDB, que com tanto esforço chegara ao Palácio da Redenção, viu-se alijado do Poder. Voltando a ser oposição, era como se tudo tivesse que começar do zero. E foi isso mesmo que aconteceu.

Em junho de 1989. Menos de três anos depois de eleger-se com a estrutura do PMDB, Burity resolveu romper com o partido e em entrevista que concedeu à imprensa, naquela época, fez a cronologia da crise entre ele os peemedebistas. Na sua versão, as divergências começaram no período pós-eleitoral, quando “o PMDB se sentiu dono da minha vitória”. O governador usava o seguinte argumento para dizer que tinha sido ele, não o partido, o grande responsável pelo sucesso eleitoral: “Enquanto eu me elegi para o cargo majoritário, o partido não conseguiu fazer uma maioria nas eleições proporcionais” (originalmente, o PMDB elegeu 17 deputados de um total de 36 - nos primeiros meses de governo chegou a 18, ao atrair a adesão do deputado Pedro Medeiros, o que, matematicamente, perfazia o empate em plenário).

O último capítulo da crise, segundo o próprio Burity, se deu quando das dificuldades de dividir poder com o grupo de cinco deputados do partido, responsáveis por uma dissidência vitoriosa na eleição da Mesa da Assembleia Legislativa. “Não é da minha vocação morrer fardado” – disse o então governador, em entrevista à revista A Carta, explicando que vinha se sentindo encurralado pelo partido na sua ação administrativa.

Numa carta que dirigiu a senador Humberto Lucena, datada de 19 de maio de 1989, Burity alega que está do partido se sente mais livre para trabalhar pela Paraíba. “Como poderia conviver com correligionários que desprezam os compromissos assumidos com o povo? Não posso aceitar que questiúnculas pessoas se sobreponham aos interesses coletivos”, indagava Burity.

Na resposta que encaminhou a Burity, em carta datada de 8 de junho de 1989, o senador Humberto Lucena diz não estar surpreso com a decisão do governador de deixar o partido. “V. Exa. me telefonou de São Paulo, reclamando da posição dos cinco dissidentes, na Assembleia, em relação ao projeto de rolagem da dívida do Estado, no Banco do Nordeste. Pedi, novamente, tempo para agir. Comuniquei-me, de imediato, com aqueles deputados que me asseguraram o seu trabalho, no sentido de aprovarem o projeto no dia seguinte. V. Exa., porém, em vez de aguardar as minhas providências, ainda de São Paulo, concedeu declarações à imprensa paraibana atacando um por um, os cinco parlamentares, o que impossibilitou o sucesso da minha missão conciliadora. Quando me preparava para voltar ao assunto com V. Exa. recebi a notícia de sua desfiliação do PMDB, o que me deixou claro que V. Exa. procurava apenas um pretexto para deixar o partido que o elegeu”.

O senador aborda ainda, na carta de Burity, os motivos pelos quais abriu mão da própria candidatura ao governo, em 86. “Realmente, em 1986, abri mão de uma candidatura vitoriosa ao governo do Estado, para apoiar o seu nome, por reconhecer que a maioria dos meus companheiros do partido, ainda sob o impacto da síndrome da derrota de 1982, achavam que, somente assim, asseguraríamos a vitória. Depois os fatos demonstraram que, naquele ano, a tendência popular era a favor do PMDB. Tanto assim que elegemos vinte e dois dos vinte e três governadores. Todos, inclusive V.Exa. foram eleitores graças ao Plano Cruzado”.

Nada mais restava ao partido do que voltar à sua condição de oposição e esperar pela sucessão de 1990 que, aliás, não estava muito longe.

Enfim, a primeira vitória

A campanha, nos primeiros meses de 90, não se prenunciava fácil. O PMDB havia perdido o Palácio da Redenção: elegera Burity mas este, como já se viu, conhecido por suas andanças partidárias, acabou rompendo com a legenda. Nesta fase pré-eleitoral, o ex-prefeito de Campina Grande, Ronaldo Cunha Lima, firmou-se como candidato ao governo e deu início à sua campanha. Wilson Braga, que deixara a Prefeitura de João Pessoa, e João Agripino Neto, aliado de Burity no PRN. Em todas as pesquisas, Braga aparecia como franco favorito. De tal forma se acreditava na sua eleição que a própria assessoria do candidato fez questão de estruturar toda a publicidade da campanha visando apenas o primeiro turno. “Agora é no voto e no primeiro turno” – prometia o out-door braguista, espalhado por todo o Estado.

Em desvantagem, mas com uma bem montada equipe e muita energia pessoal, Ronaldo Cunha Lima ganhou as estradas do interior e partiu para uma campanha de corpo-a-corpo. Pressionado pelo tempo, realizou até seis comícios em cidades diferentes, num mesmo dia. Denunciando um processo de “gangorra política”, segundo o qual quando o governador não era Burity, era Braga, o candidato peemedebista foi crescendo na pesquisa e reduzindo a distância em relação ao seu principal opositor. Quando as urnas foram abertas, verificou-se que Wilson Braga não tivera votos suficientes para eleger-se no primeiro turno. João Neto ficou em terceiro lugar e, mesmo contrariando as expectativas do governador Tarcísio Burity, emprestou seu apoio a Ronaldo. O resultado do segundo turno estava escrito: Ronaldo elegeu-se para governar a Paraíba no período 1990-94.

Vale aqui um registro especial: ainda no primeiro turno, o PMDB conseguiu eleger Antônio Mariz senador. O seu confronto se deu com Marcondes Gadelha que, com este resultado, amargou a sua segunda derrota. A primeira, como já foi dito, ocorreu em 86, quando teve Burity pela frente, na campanha para o governo. Ronaldo e Mariz eleitos, o PMDB entrou em alfa. Agora, sim, dizia-se numa referência às decepções com Burity, o partido chegou ao Palácio da Redenção com um filiado de confiança e de tradições peemedebistas. E foi assim mesmo. O governador Cunha Lima, tão logo assumiu o cargo, deu início a uma operação de ampliação dos quadros partidários. Conseguiu, com habilidade, maioria na Assembleia Legislativa e no interior do Estado prestigiou as lideranças historicamente ligadas ao partido. Para se ter uma idéia do trabalho desenvolvido pelo Palácio da Redenção em favor do PMDB, basta que se faça este registro: quando Ronaldo tomou posse, a legenda tinha o controle de apenas 37 das 171 prefeituras do Estado. Ao deixar o cargo, este número já havia ultrapassado, em muito, a cada dos cem.

Poucos períodos administrativos terão sido tão frutíferos para um partido político como aquele de 1990 a 94. Tendo como vice governador o então noviço Cícero Lucena, Ronaldo cumpriu todo o seu mandato em estreita ligação com os senadores Humberto Lucena e Antônio Mariz. Não que o governo fosse gerenciado a seis mãos. Nada disso. Mas a afinidade entre eles era tanta que o PMDB marchou tranqüilo para as eleições de 1994. Entre a posse de Ronaldo Cunha Lima e sua saída de Palácio, houve um episódio que marcou profundamente a sua vida: num gesto tresloucado, ele disparou um revólver contra o ex-governador Tarcísio Burity, só não o matando por muito pouco. O tiro atingiu Burity, que almoçava com amigos, no rosto e o caso ganhou as manchetes nacionais. Ronaldo foi preso, depois solto e meses à frente passou o governo para Cícero Lucena, desincompatibilizando-se para candidatar-se ao Senado Federal.

A união faz a força

No dia 3, vote nos três!

Foi com esse apelo, fazendo questão de ressaltar a unidade, que o PMDB entrou na campanha eleitoral de 1994. Reforçado em suas bases espalhadas por quase todo o interior do Estado e bastante ampliadas no período que se iniciou em 1990, o partido apresentava naquela ocasião os seus três principais líderes como candidatos, a saber: Antônio Mariz para governador, e Humberto Lucena e Ronaldo Cunha Lima, para senadores.

Quis o destino que aquelas eleições de 1994 marcassem profundamente a vida do PMDB na Paraíba. E o fizesse de duas maneiras absolutamente diferentes entre si: ao mesmo tempo em que foi o ápice de uma costura política que consolidaria a união do partido, o pleito daquele ano também se revelou fatídico. O governador eleito Antônio Mariz e o senador Humberto Lucena não conseguiram concluir seus mandatos. A morte os ceifou no exercício dos seus cargos. O senador Ronaldo Cunha Lima, eleito pela primeira vez para o Congresso Nacional teve a sua saúde abalada, vítima de um Acidente Vascular Cerebral, que não o retirou da atividade política, mas claramente limitou sua movimentação e comprometeu seu desempenho como líder de grande expressão partidária.

Assim, numa série de coincidências sem precedentes na história política da Paraíba, a eleição que premiou e consagrou o princípio da unidade acabou sendo a mesma que, por motivo de força maior, fica registrada como a última em que aquelas três lideranças puderam estar juntas no mesmo palanque.

Juntos no mesmo palanque – esta é uma expressão que, após o pleito de 94 e até os dias de hoje, o PMDB jamais pode utilizar. E muito menos praticar. Sob certo aspecto, é como se as mortes de Humberto Lucena e Antônio Mariz tivessem levado consigo o segredo a unicidade. Sem medo de erra, pode-se dizer que daquele ano para cá o PMDB nunca mais foi o mesmo. Engalfinhou num conflito fratricida, patrocinou episódios explícitos de infidelidade partidária e dividiu-se em duas correntes: a do senador Ronaldo Cunha Lima e a do governador José Maranhão, que ascendera a este posto com a morte de Mariz. O mais curioso é que, apesar de irremediavelmente rachado, o partido não perdeu a hegemonia política no Estado. Manteve sobre seu controle o Palácio da Redenção, com a renovação do mandato de Maranhão, em 1998, e conservou o domínio nas principais prefeituras do Estado nas eleições de 2000. E este fato, por si só, revela o quanto era forte a estrutura do PMDB até então. Nenhuma outra legenda, nestas condições e passando por turbulências tão intensas, teria condições de manter inalteradas as suas conquistas de Poder. É quase um “milagre eleitoral” que isto tenha sido possível. Mas, como em política milagres não costumam acontecer, este “fenômeno” tem explicações mais terrenas. E para entendê-lo,

é necessário considerar o trabalho político – incansável – de Humberto Lucena. A sua natureza de conciliador contumaz e sua experiência política são a chave de tudo. Ao tempo em que, junto com Ronaldo e Mariz (obviamente com a participação de outras lideranças) Humberto encontrava meios e os modos para construir a unidade peemedebista, os demais partidos – ditos de oposição – se revelavam incapazes de enfrentar os três juntos.

O PMDB do Estado não se desmantelou de vez, até hoje, apesar das arengas e hostilidades internas, justamente porque desde a campanha de Ronaldo até a eleição de Mariz o partido seguiu o bom senso de Humberto. Bebeu na sua sabedoria e deu um “nó cego” na sua estrutura, o que torna bastante difícil o seu desmanche. Mas nada em política é eterno. Os “nós” que foram dados nesse tempo, para garantir a unidade, a coesão e o sucesso eleitoral da legenda, não resistirão firmemente às chuvas e trovoadas de hoje se os interesses pessoais e/ou grupais continuarem acima dos interesses partidários.

A maior prova de sabedoria política que Humberto Lucena deixou como legado foi justamente a de saber ouvir e acatar decisões partidárias. Ainda que, espertamente, sempre trabalhasse para que essas decisões se dessem da maneira que mais lhe conviesse. Mas, se isto não ocorria, o mundo não se acabava e o partido não sofria riscos de rachadura. Na entrevista que concedeu a Severino Ramos, já no final, Humberto chega a ser humilde, quando lamenta o fato de não ter tido oportunidade de governar a Paraíba.

Diz ele, na entrevista, concedida em fevereiro de 1996: “Eu já disse e repito que a maior frustração da minha vida pública foi não ter realizado o sonho de governar o meu Estado, por razões que não dependeram da minha vontade. Eu lembro sempre que os Gaudêncio inventaram que no meu horóscopo não consta a palavra governador. Eu não sei. O fato é que eu não cheguei lá até hoje, e lhe diria agora que não tenho mais élan para pleitear mais uma vez uma candidatura a governador. Eu já fui muitas vezes candidato a candidato. Se um dia o meu partido achar que eu mereça ser candidato e se as circunstâncias favorecerem, eu não vou dizer que me nego a ser governador da Paraíba, mas eu não tomarei a iniciativa”.

A grandeza de Humberto não está em ter cuidado do PMDB com a mesma dedicação que um jardineiro cuida de suas plantas ou um historiador de seus arquivos. A grandeza está em poder mostrar que, em qualquer atividade, mesmo, e incrivelmente, na política, o que garante a sobrevivência é a tolerância e a disposição de entender que, só se estará completamente bem quando o conjunto, do qual se faz parte, também estiver.

Humberto era assim. Deixou uma lição e será uma lástima se o PMDB, que era o seu jardim político, não conseguir florescer, mesmo tendo sido tão cuidadosamente iluminado por ele.

fundacaoulysses.org.br | @ X i y / FUGNACIONAL

FUNDAÇÃO
ULYSSES
GUTMARÃES

30
ANOS

MDB
60 ANOS
#PONTODEEQUILÍBRIO